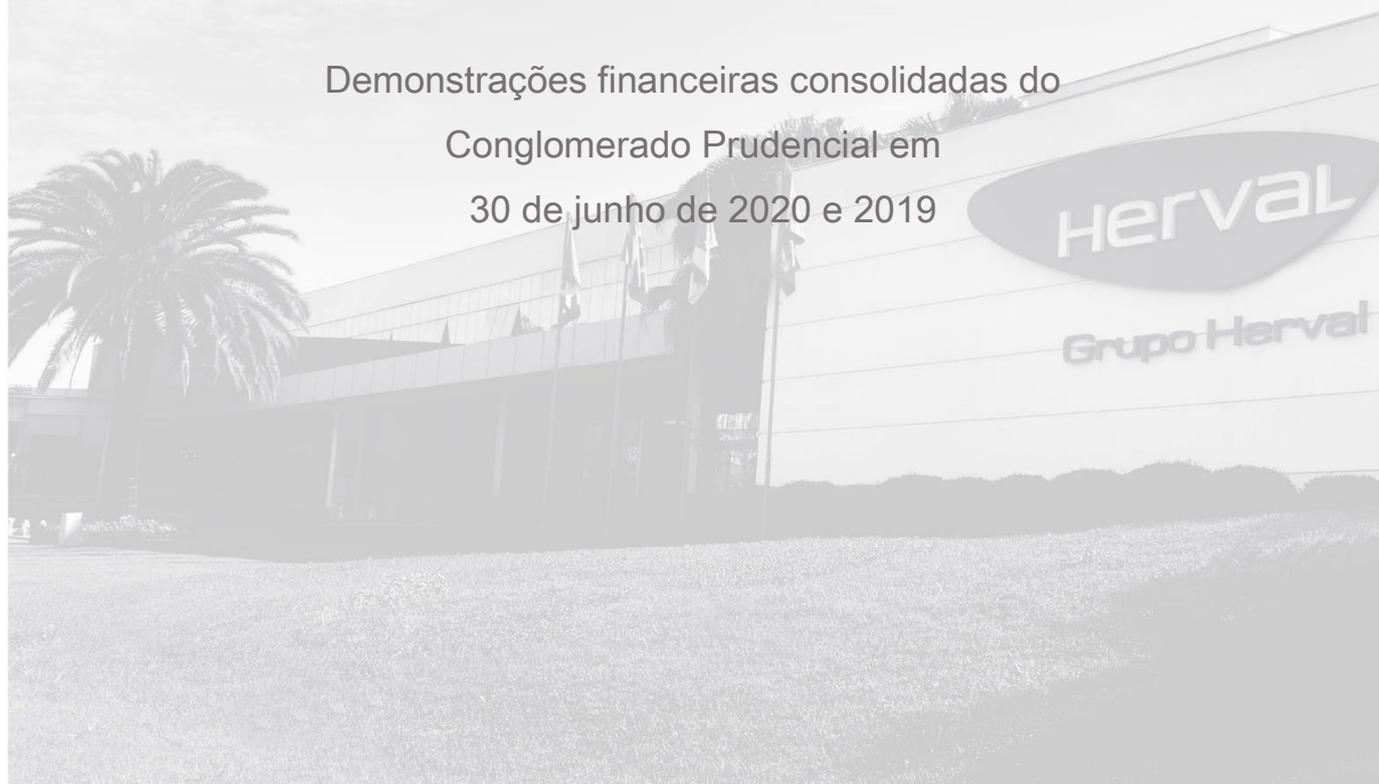




Grupo Herval

HS Financeira S/A
Crédito, Financiamento e Investimentos –
Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2020 e 2019





Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balanços patrimoniais consolidado	6
Demonstrações consolidadas dos resultados	8
Demonstrações consolidadas de resultados abrangentes	9
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 – “Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas” e Nota 3 – “Resumo das principais práticas contábeis”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – “Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas” e Nota 3 – “Resumo das principais práticas contábeis” às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a Nota 2 – “Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas”, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir com os

HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificações em 04 de setembro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas” e Nota 3 – “Resumo das principais práticas contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de

HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de setembro de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Herval

Grupo Herval



uultis

Herval
storeuultis
storeHerval
outletLOJAS
taQi
Tá em casa™

iPlace

ht
solutions**Balanços patrimoniais consolidados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019***(Em milhares de Reais)*

	Notas	30/06/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante		221.175	239.871
Disponibilidades	4	689	495
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	72.464	74.410
Títulos e valores mobiliários	4 e 6	73.929	75.331
Operações de crédito		52.865	70.713
Operações de crédito setor privado	7	69.972	90.035
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7	(17.107)	(19.322)
Outros créditos		20.311	18.794
Adiantamentos diversos	8	3.691	3.273
Impostos e contr. a compensar	9	8.798	351
Títulos e créditos a receber	7	6.494	14.312
Provisão para outros créditos	7	(526)	(2.443)
Devedores diversos		1.854	3.301
Outros valores e bens		917	128
Despesas antecipadas		917	128
Realizável a longo prazo		19.691	20.404
Títulos e valores mobiliários	6	5.893	5.196
Operações de crédito		847	1.130
Operações de crédito setor privado	7	1.099	1.493
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7	(252)	(363)
Outros créditos		12.951	14.078
Títulos e créditos a receber LP	7	51	318
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7	(1)	(2)
Devedores diversos		28	28
Recursos pendentes de recebimento - Administradora	10	6.758	5.925
Ativo fiscal diferido	25.2	6.115	7.809
Permanente		1.662	1.784
Investimento		2	2
Outros investimentos		2	2
Imobilizado de uso	11	985	1.090
Imobilizações de uso		2.125	2.117
Depreciações acumuladas		(1.140)	(1.027)
Intangível	11	675	692
Intangível		877	815
Amortização acumulada		(202)	(123)
Total do ativo não circulante		21.353	22.188
Total do ativo		242.528	262.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Herval

Grupo Herval

HS consórcios

HS seguros

HS financeira

H Lar construções

Herval móveis e colchões

H química

ÉDEZ

uultis

Herval store

uultis store

Herval outlet

LOJAS taQi
Tá em casa.

iPlace

ht solutions

Balancos patrimoniais consolidados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2020	31/12/2019
Passivo			
Circulante		33.617	50.248
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	8.322	27.436
Recursos de aceites cambiais		8.322	27.436
Outras obrigações		25.295	22.812
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	81
Sociais e estatutárias		344	264
Fiscais e previdenciárias	13	6.952	3.881
Comissões a pagar	14	5.886	4.802
Diversas	15	12.113	13.784
Exigível a longo prazo		43.961	47.140
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	36.026	40.553
Recursos de aceites cambiais		36.026	40.553
Outras obrigações		7.935	6.587
Provisão de contingências	16	711	573
Recursos pendentes de recebimento - Administradora	10	6.758	5.925
Diversas	15	466	89
Resultados de exercícios futuros		1.867	-
Rendas antecipadas	19	1.867	-
Patrimônio líquido	20	163.083	164.671
Capital social	20.1	67.000	67.000
De domiciliados no País		67.000	67.000
Reservas de lucros	20.2	7.730	11.934
Reserva legal		386	597
Reservas especiais de lucro		1.837	2.835
Reservas estatutárias		5.507	8.502
Participação de não controladores	20.3	88.353	85.737
Total do passivo e patrimônio líquido		242.528	262.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Herval

Grupo Herval

HS consórcios

HS seguros

HS financeira

H Lar construções

Herval móveis e colchões

H química

ÉDEZ

uultis

Herval store

uultis store

Herval outlet

LOJAS taQi TI em casa

iPlace

ht solutions

Demonstrações consolidadas dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira		18.476	28.227
Operações de crédito	21	15.729	24.274
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		1.471	2.187
Resultado de TVM		1.276	1.766
Despesas da intermediação financeira		(11.382)	(15.044)
Operações de captação no mercado		(1.167)	(2.409)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.5	(10.215)	(12.635)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.094	13.183
Outras receitas (despesas) operacionais		9.551	5.959
Rendas de prestação de serviços	22	762	1.885
Rendas taxas administrativas de consórcios	22	66.287	63.626
Despesas de pessoal		(10.711)	(9.272)
Outras despesas administrativas	23	(12.899)	(11.368)
Despesas tributárias		(8.369)	(8.558)
Despesas depreciação e amortização		(236)	(153)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	24	(25.283)	(30.201)
Outras receitas (despesas) não operacionais		-	(4)
Despesas não operacionais		-	(4)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		16.645	19.138
Imposto de renda e contribuição social	25	(8.152)	(5.367)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(6.458)	(5.367)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(1.694)	-
Lucro líquido do semestre		8.493	13.771
Quantidade de ações		67.000	67.000
Lucro líquido por ação R\$		0,13	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do semestre	8.493	13.771
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total resultado abrangente, líquido de impostos	8.493	13.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas especiais de lucro	Reservas estatutárias	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		67.000	-	-	-	(182)	66.818	66.782	133.600
Resultado líquido do período		-	-	-	-	3.969	3.969	9.802	13.771
Destinação									-
Absorção de prejuízo acumulado		-	-	-	(182)	182	-	-	-
Reserva Legal		-	189	-	-	(189)	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	3.780	(3.780)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019		67.000	189	-	3.598	-	70.787	76.584	147.371
Mutações do período		-	189	-	3.598	182	3.969	9.802	13.771
Saldos em 31 de dezembro de 2019		67.000	597	2.835	8.502	-	78.934	85.737	164.671
Resultado líquido do período		-	-	-	-	(4.204)	(4.204)	12.697	8.493
Destinação									
Constituição reserva legal		-	(211)	-	211	-	-	-	-
Dividendos	20.3	-	-	-	-	-	-	(10.081)	(10.081)
Dividendos propostos não distribuído		-	-	(998)	998	-	-	-	-
Absorção de prejuízo acumulado		-	-	-	(4.204)	4.204	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020		67.000	386	1.837	5.507	-	74.730	88.353	163.083
Mutações do período		-	(211)	(998)	(2.995)	-	(4.204)	2.616	(1.588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Herval

Grupo Herval

HS
consórciosHS
segurosHS
financeiraH
Lar
construçõesHerval
móveis e
colchõesH
química

ÉDEZ

uultis

Herval
storeuultis
storeHerval
outletLOJAS
taQi
Tá em casa.

iPlace

ht
solutions

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do semestre	8.493	13.771
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciação e amortização	236	153
Despesas para crédito de liquidação duvidosa	10.215	12.635
Provisão aceites cambiais	1.167	2.409
Resultado na venda de bens	-	(28)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.458	5.367
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	1.694	-
Provisão para Contingências	138	(83)
Lucro líquido ajustado	28.401	34.224
Variações nos ativos e passivos	(8.243)	12.687
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(697)	37.691
Operações de créditos	14.083	(2.382)
Despesas antecipadas	(789)	33
Outros créditos	(8.251)	7.039
Aplicações Interfinanceiras	13.117	(4.975)
Recursos e aceites cambiais	(24.808)	430
Outras obrigações	3.163	(20.855)
Resultados de exercícios futuros	1.867	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.928)	(4.294)
Caixa proveniente das atividades operacionais	20.158	46.911
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo permanente	(114)	(399)
Recebimento pela venda de imobilizado	-	33
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(114)	(366)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(10.081)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(10.081)	-
Variação caixa e equivalentes de caixa	9.963	46.545
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	100.049	70.518
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	110.012	117.063
Variação caixa e equivalentes de caixa	9.963	46.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

A HS Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a prestação de serviços na formação, na organização e na administração de grupos de consórcios de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

Conglomerado Prudencial (“Instituição”):

O conglomerado encontra-se registrado no Unacad com a seguinte composição:

- HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos – líder
- HS Administradora de Consórcios Ltda. – participante

Para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Financeira e a Administradora são denominadas em conjunto de “Instituição”.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 do CMN e Circular 3.701 de 31 de março de 2014 do BACEN, que requer a consolidação de entidades financeiras, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Foram consolidadas as empresas HS Financeira S/A Crédito, Financiamentos e Investimentos e a HS Administradora de Consórcio Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial a Financeira como entidade líder consolidou suas demonstrações financeiras com a Administradora, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas.

Em 31 de dezembro de 2019	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	Lucro líquido do semestre 06/2019
HS Administradora de Consórcios Ltda	92.890	21.871	85.737	107.608	9.802
HS Financeira S/A - CFI	169.169	75.517	78.934	154.451	3.969
Consolidado	262.059	97.388	164.671	262.059	13.771

Em 30 de junho de 2020	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	Lucro líquido do semestre 06/2020
HS Administradora de Consórcios Ltda	101.082	21.871	88.353	116.041	12.697
HS Financeira S/A - CFI	141.446	78.397	74.730	126.487	(4.204)
Consolidado	242.528	100.268	163.083	242.528	8.493



A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Alteração na apresentação das demonstrações financeiras

A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Circular Bacen nº 3.959/2019 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2020, incluindo a apresentação da demonstração do resultado abrangente. A norma prevê ainda que o balanço patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

A Financeira optou pela não apresentação comparativa da Demonstração do Resultado Abrangente de 30 de junho de 2019, conforme facultado pelo §4º do Artigo 24 da Circular Bacen nº 3.959/2019.

Para fins de comparabilidade às demonstrações financeiras, o saldo de crédito tributário de 31 de dezembro de 2019 no total de R\$ 7.809, classificado no Balanço Patrimonial na rubrica de Outros Créditos - Diversos no Ativo Circulante, foi reclassificado para a rubrica de Crédito Tributário no Ativo Realizável a Longo Prazo em decorrência dos novos critérios de classificação dos créditos tributários no realizável a longo prazo estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.959/2019.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de setembro de 2020.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações interfinanceiras de liquidez em moeda, e investimentos em títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3 Aplicações financeiras de liquidez

São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

3.4 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

3.4.1 Títulos para negociação

Adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.



3.4.2 **Títulos disponíveis para venda**

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários.

3.4.3 **Títulos mantidos até o vencimento**

Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

3.5 **Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito conforme demonstrado na Nota 6.

3.6 **Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos.

3.7 **Ativo permanente**

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica fixadas por espécie de bens.

3.8 **Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

3.9 **Provisão para o imposto de renda e a contribuição social corrente**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, para o semestre findo em 30 de junho de 2019 é calculada considerando a alíquota de 20%, conforme MP nº 675, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, para o semestre findo em 30 de junho de 2019 a alíquota usada é de 15%.

Para a Administradora, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 no ano (R\$ 120 no



semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.10 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os valores apresentados referem-se à provisão de 25% de imposto de renda e 20% de contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2020.

Para a Administradora, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 25%, e a contribuição social à alíquota de 9% para o semestre findo em 30 de junho de 2020.

3.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e Pronunciamento Técnico CPC 25:

3.11.1.1 Ativos contingentes

São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

3.11.1.2 Passivos contingentes

São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Instituição reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de:

Processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas são classificadas como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

3.12 Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pelas quais as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.



3.13 Estimativas e julgamento contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, impostos diferidos, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Caixas e equivalentes de caixa

	30/06/2020	31/12/2019
CDB	66.861	69.001
Depósito Interbancário	35.394	24.223
Fundo de investimento em cotas de Fundo de Investimento	7.068	6.330
Disponibilidades	689	495
Total	110.012	100.049

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Instituição	Vencimento	30/06/2020	31/12/2019
Operações compromissadas / Posição Bancada			
Depósito interbancário	Até 30 dias	35.394	24.223
Depósito interbancário	Até 01 ano	37.070	50.187
TOTAL		72.464	74.410

As aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são mantidas até o vencimento. Em 30 de junho de 2020 e 2019, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Títulos e valores mobiliários

	30/06/2020				31/12/2019		
	Sem vencimento	A vencer entre 1 e 12 meses	A vencer a mais de 12 meses (iii)	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação o a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação o a mercado
Fundos de investimento (ii)	7.028	40	-	7.068	7.068	6.330	6.330
CDB pós-fixado (ii)	-	41.709	20.965	62.674	62.674	67.743	67.743
CDB automático	-	-	10.080	10.080	10.080	6.454	6.454
Total	7.028	41.749	31.045	79.822	79.822	80.527	80.527
Ativo circulante	1.135	41.749	31.045	73.929	73.929	75.331	75.331
Ativo não circulante	5.893	-	-	5.893	5.893	5.196	5.196

- (i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
- (ii) As aplicações em letras de câmbio são valorizadas pelo rendimento mensal do papel aplicado, e as quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da quota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço, indexados ao CDI.
- (iii) Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Administração reavaliou as possibilidades de utilização de recursos financeiros de curto prazo, optando em manter classificado em ativo circulante o caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 31.045 e R\$ 34.257, em função dos recursos possuírem liquidez imediata, indiferente do prazo final de vencimento contratado.

Herval

Grupo Herval



7 Operações de crédito e títulos e créditos a receber

A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

7.1 Composição das operações de crédito e títulos e créditos a receber por modalidade

Operações de crédito	30/06/2020	31/12/2019
Financiamentos	42.910	60.217
Empréstimos	16.650	17.856
Antecipação de recebíveis – operações de crédito	11.511	13.457
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.545	14.628
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Créditos	(17.359)	(19.685)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos	(527)	(2.445)
Total	59.730	84.028

7.2 Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/2020	%	31/12/2019	%
Concentração das operações de crédito				
10 maiores devedores	9.499	12,24	12.604	11,87
50 seguintes maiores devedores	2.722	3,51	2.155	2,03
100 seguintes maiores devedores	1.052	1,36	1.015	0,96
Demais devedores	64.343	82,89	90.384	85,14
Total	77.616	100	106.158	100

7.3 Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Outros	30/06/2020	31/12/2019
Carteira de crédito						
Vencidos	9.822	128	10.683	1	20.634	18.434
A vencer						
Até 3 meses	4.991	8.336	17.200	3.508	34.035	54.571
De 3 a 12 meses	1.454	3.048	14.310	2.985	21.797	31.342
De 1 a 3 anos	381	1	711	51	1.144	1.794
Após 3 anos	1	-	5	-	6	17
Total da carteira	16.649	11.513	42.909	6.545	77.616	106.158
Circulante	16.267	11.512	42.193	6.494	76.466	104.347
Realizável a longo prazo	382	1	716	51	1.150	1.811

7.4 Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do Bacen.

Herval

Grupo Herval



Níveis	30/06/2020		Provisão para operações de crédito	31/12/2019		Provisão para operações de crédito
	Pessoa jurídica	Pessoa física		Pessoa jurídica	Pessoa física	
A	34.329	11.252	228	13.113	59.030	360
B	3.471	-	35	549	2.928	35
C	4.416	-	132	-	2.561	77
D	3.534	41	357	-	2.543	254
E	1.797	3	540	-	2.537	761
F	2.658	17	1.338	15	2.789	1.402
G	2.535	271	1.964	-	2.841	1.989
H	13.282	10	13.292	84	17.168	17.252
Total	66.022	11.594	17.886	13.761	92.397	22.130

7.5 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2020	30/06/2019
Saldo inicial	22.131	31.699
Créditos baixados contra prejuízo	(14.460)	(21.586)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.215	12.635
Saldo final	17.886	22.748

As operações renegociadas no semestre findo em 30 de junho de 2020 totalizam R\$ 4.428 (R\$ 7.697 em 30 de junho de 2019).

No semestre findo em 30 de junho de 2020, foram recuperados créditos no montante de R\$ 1.556 (R\$ 3.604 em 30 de junho de 2019).

7.6 Composição da carteira de operações de crédito renegociadas, nos correspondentes níveis de risco e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis	30/06/2020		Provisão para operações de crédito	31/12/2019		Provisão para operações de crédito
	Pessoa jurídica	Pessoa física		Pessoa jurídica	Pessoa física	
A	-	-	-	9	346	2
B	-	-	-	77	266	3
C	-	32	1	-	478	14
D	-	239	24	-	608	61
E	-	352	106	-	728	218
F	-	313	157	15	687	351
G	-	240	168	-	656	459
H	10	995	1.004	11	5.574	5.586
Total	10	2.171	1.460	112	9.343	6.694



8 Adiantamento diversos

	30/06/2020	31/12/2019
Direitos por adiantamento a corretores	3.236	2.766
Outros adiantamentos	449	423
Direitos por adiantamento a colaboradores	6	84
Total	3.691	3.273

9 Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2020	31/12/2019
Cofins (i)	6.563	-
PIS (i)	1.427	-
Outros impostos	411	-
IRPJ	260	214
CSLL	137	137
Total	8.798	351

- (i) Impostos a recuperar: crédito tributário de PIS e COFINS constituído no semestre findo em 30 de junho de 2020 no montante total de R\$8.082, sendo R\$ 812 de correção monetária, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração com base na legislações vigentes (IN 1.911/2019; Lei 10.833/2003 e Lei 10.637/2002), conforme a documentação que suporta o crédito. Constituído em contra partida de resultado (rubrica outras receitas operacionais, nota 24), os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos federais.

10 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes do encerramento contábil dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, e as respectivas obrigações dos valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas no grupo "Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados".

Em 30 de junho de 2020, a Administradora possui recursos pendentes de recebimento no montante de R\$ 6.758 (R\$ 5.925 em 31 de dezembro de 2019).



11 Imobilizado e intangível

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Software	Software em andamento	Instalações	Total
Saldo em 31/12/2019							
Custo	403	510	1.202	694	121	2	2.932
Depreciação/amortização	(167)	(211)	(648)	(123)	-	(1)	(1.150)
Saldo contábil líquido	236	299	554	571	121	1	1.782
Em 2020							
Saldo inicial	236	299	554	571	121	1	1.782
Aquisições	24	28	-	62	-	-	114
Depreciação/amortização	(19)	(46)	(91)	(80)	-	-	(236)
Transferências	-	-	-	21	(21)	-	-
Saldo contábil líquido	241	281	463	574	100	1	1.660
Saldo em 30/06/2020							
Custo	427	539	1.157	777	100	2	3.002
Depreciação/amortização	(186)	(258)	(694)	(203)	-	(1)	(1.342)
Saldo contábil líquido	241	281	463	574	100	1	1.660
Taxa depreciação/amortização	10%	20%	20%	20%	-	10%	-



12 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 100% a 115% do Certificado de depósito interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2020	31/12/2019
A vencer até 3 meses	2.570	5.384
A vencer de 3 a 12 meses	5.752	22.052
A vencer de 1 a 3 anos	36.026	40.553
Total	44.348	67.989
Circulante	8.322	27.436
Exigível a longo prazo	36.026	40.553

13 Fiscais e previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e provisões sobre salário ⁽ⁱ⁾	2.575	1.659
Pis e Cofins ⁽ⁱⁱ⁾	3.043	1.273
IRPJ e CSLL	950	626
ISSQN	282	257
Outros tributos	102	66
Total	6.952	3.881

(i) Corresponde ao saldo de impostos, contribuições e provisões sobre salários. O aumento, deu-se por conta dos valores provisionados sobre 13º salário e férias.

(ii) Corresponde ao saldo de Pis e Cofins incidentes sobre a operação da Instituição. O aumento, deu-se por conta da alavancagem da operação da Instituição.

14 Comissões a pagar

Refere-se ao saldo de comissões a pagar a corretores de consórcio, proveniente das vendas efetivadas, no montante de R\$ 5.886 em 30 de junho de 2020 (R\$ 4.802 em 31 de dezembro de 2019).

15 Outras obrigações diversas

	30/06/2020	31/12/2019
Diversas		
Recursos não procurados ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5.012	4.493
Fornecedores diversos	2.172	1.622
Credores diversos – país ⁽ⁱ⁾	1.749	2.826
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽ⁱⁱ⁾	1.680	1.210
Sociedades ligadas e coligadas ⁽ⁱ⁾	1.244	3.180
Saldo remanescente de grupos a pagar ^(iv)	722	542
Total	12.579	13.873
Circulante	12.113	13.784
Exigível a longo prazo	466	89

(i) Referem-se a valores a repassar para lojistas, seguradoras, tomadores de empréstimos e financiamentos.

(ii) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar referem-se a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.

(iii) Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados cujos consorciados não foram localizados. A Instituição não incide taxa de cobrança sobre os saldos apresentados nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

(iv) Refere-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.



16 Provisão para contingências

A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações, conforme demonstrado abaixo. Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 1.991 em 30 de junho de 2020 (R\$ 3.073 em 31 de dezembro de 2019).

Natureza	Provável	
	30/06/2020	31/12/2019
Cível	636	513
Trabalhista	75	60
Total	711	573

Movimentação da provisão para passivos contingentes

	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	356	359	715
Adições/Atualizações	34	73	107
Reversões/Pagamentos	(88)	(102)	(190)
Saldo em 30/06/2019	302	330	632
Saldo em 30/06/2019	302	330	632
Adições/Atualizações	10	215	225
Reversões/Pagamentos	(252)	(32)	(284)
Saldo em 31/12/2019	60	513	573
Saldo em 31/12/2019	60	513	573
Adições/Atualizações	25	187	212
Reversões/Pagamentos	(10)	(64)	(74)
Saldo em 30/06/2020	75	636	711

17 Juros sobre o capital próprio

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram destinados juros sobre o capital próprio.

18 Saldos e transações com partes relacionadas

	Ativos/ (Passivos)		Receitas/Despesas	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Depósitos a Prazo	19.359	19.716	(372)	(421)
Herval Corretora de Seguros	2.203	2.173	(41)	(11)
Ligadas Pessoas Físicas	17.156	17.543	(331)	(410)
Devedores Diversos	615	1.577	14.187	20.670
Global Distrib. Bens Consumo	538	1.290	14.173	20.670
Sole Com. De Móveis e Decorações	1	2	-	-
Herval Indústria de Móveis	-	17	-	-
Ligadas Pessoas Físicas	76	268	14	-
Credores Diversos	(1.244)	(3.180)	(795)	(1.988)
Sole Com. De Móveis e Decorações	-	(5)	-	-
Global Distrib. Bens Consumo	(1.238)	(3.173)	(795)	(1.988)
Herval Indústria de Móveis	(6)	(2)	-	-



18.1 Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da administração paga no exercício findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 737 (R\$ 351 em 31 de dezembro de 2019).

19 Resultados de exercícios futuros

Corresponde ao valor de receitas diferidas no período R\$ 1.867 em 30 de junho de 2020 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019).

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos: O capital da Financeira em 30 de junho de 2020 é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em 31 de dezembro de 2019), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

HS Administradora de Consórcios S.A.: Em 28 de fevereiro de 2020, os sócios aprovam o aumento R\$ 12.000 de capital social, mediante emissão e subscrição de 12.000.000 novas quotas, recursos destinados da conta de reservas de lucros, proporcionalmente a participação dos sócios no capital.

Assim, o capita da sociedade passa de R\$ 18.000 composto de 18.000.000 quotas (em 31 de dezembro de 2018), para R\$ 30.000 composto de 30.000.000 quotas, pertencentes inteiramente a quotistas domiciliados no País, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizado.

20.2 Reservas de lucros

20.2.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos: O saldo de reserva legal em 30 de junho de 2020 é de R\$ 386 (R\$ 597 em 31 de dezembro de 2019).

20.2.2 Reserva especial de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I art. 202 da Lei nº 6.404/76.

HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos: O saldo de reserva especial de lucros em 30 de junho de 2020 é de R\$ 1.837 (R\$ 2.835 em 31 de dezembro de 2019).

20.2.3 Reserva estatutária

Representa montantes transferidos da conta lucros acumulados, para futura incorporação ao capital social, distribuição de lucros, compensação de prejuízos ou outras destinações.

HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos: O saldo de reserva de lucros em 30 de junho de 2020 é de R\$ 5.507 (R\$ 8.502 em 31 de dezembro de 2019).

20.3 Participação de não controladores

Em 30 de junho de 2020 o valor de R\$ 88.353 (R\$ 85.737 em 31 de dezembro de 2019), é equivalente o valor de patrimônio líquido da HS Administradora de Consórcios Ltda., empresa participante do conglomerado.



Em 28 de fevereiro de 2020, os sócios aprovam o aumento R\$ 12.000 de capital social, mediante emissão e subscrição de 12.000.000 novas quotas, recursos destinados da conta de reservas de lucros, proporcionalmente a participação dos sócios no capital.

Em 03 de abril de 2020, os sócios aprovam a distribuição de lucros no montante de R\$ 10.081, recursos remunerados da conta de reservas de lucros, proporcionalmente a participação dos sócios no capital.

21 Receita de operações de crédito

	30/06/2020	30/06/2019
Rendas Empréstimos Cartão de Crédito	4.790	3.919
Rendas de Empréstimos	433	1.897
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	1.556	3.604
Rendas de Títulos Descontados	471	521
Rendas de Financiamentos	8.479	14.333
Total	15.729	24.274

22 Receita de prestação de serviços

	30/06/2020	30/06/2019
Rendas taxas de administração de consórcios	66.287	63.626
Rendas de outros serviços	334	380
Tarifa de transferência financeira	260	448
Receita de comissão intermediação cartão HS Card	61	-
Rendas de serviços prioritários - PF	49	128
Rendas de serviços prioritários - PJ	25	-
Receita de comissão seguros	18	27
Receita de comissão intermediação cartão assistência	15	691
Receita de comissão tráfego rede externa	-	211
Total	67.049	65.511

23 Outras despesas administrativas

	30/06/2020	30/06/2019
Serviços de terceiros	2.680	1.775
Processamento de dados	2.573	1.706
Propaganda	1.459	1.479
Outras despesas administrativas	1.136	1.099
Cobrança	1.107	1.342
Viagens e eventos	794	795
Transportes e correios	767	879
Comunicações	592	389
Aluguel	484	336
Sistema financeiro	468	710
Impostos, taxas e emolumentos	438	462
Serviços técnicos especializados	401	396
Total	12.899	11.368



24 Outras receitas e (despesas) operacionais

	30/06/2020	30/06/2019
Comissões pagas a terceiros	(34.437)	(30.199)
Receitas tributárias extemporâneas (i)	8.082	-
Outras receitas operacionais	1.266	227
Outras despesas operacionais	(194)	(229)
Total	(25.283)	(30.201)

- (i) Crédito tributário de PIS e COFINS constituído no semestre findo em 30 de junho de 2020 no montante total de R\$8.082, sendo R\$ 812 de correção monetária, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração com base na legislações vigentes (IN 1.911/2019; Lei 10.833/2003 e Lei 10.637/2002), conforme a documentação que suporta o crédito. Constituído em contra partida do ativo circulante (rubrica Diversos, nota 8), os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos federais.

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado abaixo:

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro antes dos impostos	16.645	19.138
Alíquota fiscal combinada	45%	40%
Base de cálculo	(7.490)	(7.655)
(Adições) exclusões		
Diferenças temporárias de provisões	(2.782)	3.574
Perdas fiscais	-	(2.195)
Outras exclusões (adições) permanentes	(9)	(28)
Incentivos fiscais	45	47
Diferenças de alíquota CSLL de controlada	2.084	890
IR e CS no resultado	(8.152)	(5.367)
Corrente	(6.458)	(5.367)
Diferido	(1.694)	-

25.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo fiscal diferido é decorrente de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para contingências, compensação de prejuízos fiscais demonstrados conforme abaixo:

	30/06/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculos IR e CS diferidos				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	13.079	13.079	19.487	19.487
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	711	711	96	96
Diferenças de alíquota CSLL de controlada	-	(337)	-	-
Base de cálculo	13.790	13.453	19.583	19.583
Alíquota nominal	25%	20%	25%	15%
Saldo ativo fiscal diferido	3.424	2.691	4.872	2.937



A seguir demonstramos a movimentação do ativo fiscal diferido:

	30/06/2020	30/06/2019
Saldo de abertura	7.809	-
Reconhecimento no resultado	(1.694)	-
Saldo no final do período	6.115	-

25.3 Realização do imposto diferido

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é que ocorra conforme abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Em 2020	-	1.600
Em 2021	5.005	3.200
Em 2022	1.110	3.009
	6.115	7.809

26 Limite operacional (Acordo de Basileia)

Em 30 de junho de 2020, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 34,45%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. A Financeira possui o capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 2.697/99.

27 Gerenciamento do risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da HS Financeira possibilita que estes sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. Abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e o monitoramento é realizado através de relatórios e matrizes de controles operacionais apresentados a Diretoria e gestão com os planos de ação para tomadas de decisões estratégicas.

Risco Operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 a estrutura de gerenciamento de risco operacional analisa as relações entre causa, evento e efeito para identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos operacionais, de forma a auxiliar a Instituição no atingimento de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios.

Risco de mercado: O processo de gerenciamento do risco de mercado da Instituição prevê a execução de ações de mensuração, monitoramento, reporte e controle do risco. A mensuração do risco de mercado é realizada por meio da metodologia Value at Risk (VaR) e de testes de estresse para determinar a sensibilidade do capital da Instituição frente a movimentos extremos do mercado.

Risco de crédito: As ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de crédito permitem a análise da qualidade da carteira de crédito da Instituição por meio de indicadores que consideram fatores como: concentração da carteira; inadimplência da carteira; monitoramento da provisão; acompanhamento da carteira por faixas de atraso; monitoramento de operações aprovadas em caráter de exceção; dentre outros.

Risco de liquidez: A HS Financeira gerencia o risco de liquidez através da sua identificação, mensuração e monitoramento, em um horizonte de tempo mínimo de 90 dias, a fim de mitigar a exposição da Instituição e antecipar eventuais desenquadramentos aos limites definidos na RAS.



28 Outras informações – Resumo das operações de consórcio

No que se refere aos grupos de consórcios, prestamos as seguintes informações, em unidades:

	30/06/2020	31/12/2019
Grupos administrados	171	161
Consoiciados ativos	103.247	88.214
Desistentes e excluídos	79.616	71.614
Inadimplentes	14.484	10.238
Bens entregues a consorciados	19.922	18.233
Bens pendentes de entrega	4.353	4.345
Percentual de inadimplência	7,72%	6,11%

29 Outras divulgações

29.1 Impactos do COVID-19 nas operações da empresa HS Financeira – CFI

O momento atual, diante dos cenários ocasionado pelo corona vírus, era inesperado, imprevisto e absolutamente contingencial, ou seja, qualquer cenário pessimista, traçado anteriormente, não contemplava as mudanças nos hábitos de consumo, na forma de se fazer negócios, na estagnação econômica e os reflexos em empregos e renda. Assim, a HS Financeira foi impactada na originação dos seus negócios e no comportamento de pagamentos das operações em ser originadas no ambiente pré-covid19. Como a HS Financeira S/A distribui os seus produtos, através de Correspondentes no País, exclusivamente através de varejos físicos, suas atividades de originação de negócios seguem fortemente impactadas; bem como, o recebimento das prestações, das operações em ser, também estão sofrendo reflexos em face de desemprego e redução de renda. Assim, a HS Financeira está atuando segundo o seu Plano de Continuidade de Negócio, a saber:

1. Manter a operação em funcionamento: apesar do contingenciamento originado no isolamento social e, por consequência, da impossibilidade do convívio presencial, os colaboradores estão em sua totalidade, exceto funcionários em férias, trabalhando em home office, sem prejuízo de qualquer natureza ao exercício das suas atribuições e atividades;

2. Para suprir a deficiência de recebimentos, pelos pontos de varejos com restrições de operações, tem utilizado da estratégia de boletagem seletiva, isto é, ofertas de alternativas de pagamentos por meios eletrônicos;

3. Cenários de risco de liquidez foram elaborados e o comportamento da carteira de investidores, desempenho dos recebimentos (adimplementos), direcionadores do mercado financeiro e do varejo segmentado seguem em monitoramentos;

4. E, por fim, direcionamento da estratégia de recuperação de créditos inadimplentes em três linhas de atuação, a saber:

1. Curto prazo: para impedir a progressão das dívidas no tempo, o que reflete na constituição de provisões;

2. Clientes já totalmente provisionados e em trânsito para prejuízo: ações massificadas para evitar a concretização do prejuízo; e,

3. Ações de recuperação de clientes em prejuízos, com vistas a geração de receitas com créditos não performados.

Assim, apesar do momento excepcional, a HS possui liquidez, o que permitirá transpor este período e, acima de tudo, vislumbra a retomada de resultados para os próximos exercícios.



29.2 Impactos do COVID-19 nas operações da empresa HS Administradora de Consórcios

A rápida e repentina propagação da epidemia do Covid-19, gerou um cenário inesperado, com impactos em diversas atividades econômicas e sociedade em nível mundial.

A HS Administradora de Consórcios Ltda mantém suas atividades operacionais e administrativas, monitorando suas operações e conseqüentemente seus resultados, considerando possíveis impactos da pandemia.

A empresa alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, divulgou medidas para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas administrativas que incluem: (a) trabalho em home office, principalmente para colaboradores do grupo de risco, (b) aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção do Covid-19, (c) conscientização do distanciamento social, (d) rigorosa higienização dos locais de trabalho e disponibilização de álcool gel nas dependências da empresa.

Apesar do momento atípico que está sendo enfrentado na saúde mundial, a Administradora não teve impactos significativos em sua operação, apresentando um sólido desempenho no semestre de 2020.

Neste cenário de adversidades e, em frequente mutação. A HS Administradora de Consórcios trabalha com cenários econômico-financeiros atualizados diariamente, mitigando os riscos e avaliando as oportunidades.

* * *